



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 030

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 12 DE ABRIL DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PTB Carlos Simões
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Ademar Traiano
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PMRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PMRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

DIÁRIO Nº 030**SUMÁRIO**

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão	03
Expediente:	
Ofícios.....	03
Requerimentos	03
Projetos de Lei	05
Horário das Lideranças:	
Liderança do PDT	
Dep. Barbosa Neto	06
Liderança do PFL	
Dep. Elio Rusch	08
Liderança do PT	
Dep. Luciana Rafagnin.....	09
Liderança da Oposição	
Dep. Plauto Miró Guimarães	10
Ordem do Dia:	
Leitura do Expediente	12
Discussão / Votação:	
3ª Discussão	12
2ª Discussão	13
1ª Discussão	13
Requerimentos	15
Encerramento da Sessão	16
Publicações:	
Comissão Executiva	
Atos	16
Atas de Comissões	
Tomada de Contas	16

026ª SESSÃO ORDINÁRIA

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 026ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
12 DE ABRIL DE 2006**

*(quarta-feira)***Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelos Srs. Deputados Hermes Fonseca e Reni Pereira.

Presenças:

Às nove horas e trinta minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Traiano, Alexandre Curi, André Vargas, Ângelo Vanhoni, Barbosa Neto, Caíto Quintana, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Nelson Justus, Nelson Garcia, Plauto Miró Guimarães, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen (38). Achando-se ausentes os Srs. Deputados: Nereu Moura, Geraldo Cartário, Ailton Araújo, Antonio Anibelli, Artagão Júnior, Carlos Simões, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Mauro Moraes, Neivo Beraldin, Padre Paulo Campos, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho e

Waldir Leite (14); em viagem representativa o Sr. Deputado Rafael Greca (01); e em licença médica a Sra. Deputada Elza Correia (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Ofícios

Sob o nº 157/06-GP, do Sr. Hermas Brandão -Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, solicitando ao Governador do Estado do Paraná, a restituição dos Projetos de Lei nºs 096/04, 002/05, 270/05 e 736/05, para fins de cumprimento do disposto no parágrafo 7º, do Art. 71, da Carta Magna do Paraná. **Ao Conhecimento da Casa.**

Sob os nºs CTL/CC 031, 032, 033, 034, 035 e 036/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei nºs:

005/06: Do Poder Executivo que, altera os vencimentos dos cargos do Quadro Próprio do Poder Executivo, conforme especifica e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 15044. **Anote-se - Arquivo-se.**

301/04: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Investimentos S.A., com sede em Curitiba, o qual foi convertido em Lei nº 15045. **Anote-se - Arquivo-se.**

302/04: Do Poder Executivo que, autoriza o Poder Executivo a dissolver, liquidar e extinguir a empresa Paraná Desenvolvimento S.A., com sede em Curitiba, o qual foi convertido em Lei nº 15046. **Anote-se - Arquivo-se.**

045/06: Do Tribunal de Justiça que, reajusta os valores básicos dos vencimentos dos servidores ativos e inativos do Tribunal de Justiça, do Foro Judicial e dos Juizados Especiais, conforme especifica, o qual foi convertido em Lei nº 15047. **Anote-se - Arquivo-se.**

046/06: Do Tribunal de Justiça que, altera a tabela de que trata a Lei nº 14.805/05, referente aos valores

básicos dos proventos de aposentadoria dos serventuários do Foro Extrajudicial, o qual convertido em Lei nº 15048.

Anote-se - Arquivo-se.

058/06: Do Ministério Público que, reajusta os vencimentos de servidores da Procuradoria Geral de Justiça, dá nova redação a dispositivos da Lei nº 13.665/02 e adota outras providências, o qual foi convertido em Lei nº 15049. **Anote-se - Arquivo-se.**

Sob o nº 190/06, do Sr. Desembargador Relator J. Vidal Coelho, encaminhando cópia do Acórdão nº 7348, proferido nos autos de Agravo Regimental Cível nº 327079-5/01, de Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, em que figuram como Agravante Dominó Holdings S.A. **Ao Conhecimento da Casa**

Sob o nº 211/05, do Sr. Ministro Teori Albino Zavascki - Presidente da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, comunicando que o Recurso em Mandado de Segurança nº 16.727/PR, foi decidido na Sessão Ordinária de 13.12.2005, à unanimidade, dar provimento ao referido recurso ordinário. **Ao Conhecimento da Casa.**

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 796

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para os projetos que não sofreram emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 12.04.06.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 795

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, a autorização desta Casa de Leis para ausentar-se nos dias 19 e 20 deste, para realização de viagem a Porto Alegre - Rio Grande do Sul, a fim de participar da Reunião Ordinária do Bloco Brasileiro da União de Parlamentares do Mercosul, conforme anexo.

Sala das Sessões, em 12.04.06.

(a) HERMES FONSECA

REQUERIMENTO Nº 805

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Dinorá de Siqueira Kuster, aos 87 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admirada por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 12.04.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 806

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antônio Guarnieri, aos 80 anos de idade, nesta Capital.

Era uma pessoa muito querida e admira por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 12.04.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 807

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Paulo Bonin, ocorrido em 17/03 do corrente.

Era uma pessoa muito querida e admira por todos que o conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 12.04.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 808

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja inserido em Ata dos trabalhos desta Sessão, um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Francisca Ribeiro da Fonseca, aos 95 anos de idade, ocorrido em 04/04 do corrente.

Era uma pessoa muito querida e admira por todos que a conheciam, amigos e familiares, deixando muitas saudades.

A família recebeu ampla manifestação de sentimentos pelo seu passamento. Esta Casa reverencia a sua

memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 12.04.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 799

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Rotary Club de Curitiba Santa Felicidade, em comemoração aos 28 anos de trabalho humanitário de prestação de serviços comunitários.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Presidente do Rotary Club de Curitiba Santa Felicidade, Sr. Isaac Cubric, no endereço: Av; Vicente Machado, 142 - ap. 1103 - CEP: 80.420-000.

Sala das Sessões, em 12.04.06.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O Rotary Club de Curitiba Santa Felicidade, fundado em 25 de setembro de 1978, teve sua carta de admissão em 7 de março de 1979.

“Santa Felicidade”, como carinhosamente é conhecido, o Clube, vem realizando ao longo desses anos um extenso trabalho humanitário na comunidade de Santa Felicidade e bairros vizinhos.

Dentre os programas sociais desenvolvidos pelo Rotary podemos ressaltar a “Campanha Boa Visão”, que com a colaboração da Clínica Barigui, atende centenas de crianças das escolas do bairro com a prestação de exames oftalmológicos. As crianças que necessitam de óculos recebem as armações através do Clube, e as lentes são fornecidas a preços especiais através de convênios com óticas e colaboradores.

Outra campanha de vulto desenvolvida há vários anos e que vem beneficiando grande número de famílias é a “Campanha do Agasalho”. Com a ajuda de empresas comerciais do bairro, são arrecadados roupas e sapatos para distribuição aos menos favorecidos, durante o inverno.

No âmbito educacional, o Rotary com parceria da Secretaria Municipal de Educação - Regional Santa Felicidade, conseguiu a doação de grande quantidade de fitas VHS para incrementar a fitoteca, e também livros e revistas para distribuição às bibliotecas das escolas da região.

O Santa Felicidade participa ativamente da Campanha Pólio Plus, do Rotary Internacional que visa a erradicação da poliomielite e com esse objetivo realiza vários encontros anuais. A Noite Ucraniana, realizada em dezembro de 2005, possibilitou o envio de 2 mil dólares rotários para a Fundação Rotária que encaminha os fundos ao seu destino. Cabe ressaltar que esta atividade de Rotary Internacional em parceria com a Organização Mundial de Saúde, conseguiu atingir 99% de sucesso em todo o mundo.

Por tudo isso, o Rotary merece todo o nosso respeito, elogios e congratulações, neste momento em que completa 28 anos de trabalho humanitário. Não é exagero afirmar que o mundo hoje seria muito melhor se pudessemos contar com mais entidades com a determinação, a integridade ética e a responsabilidade social que tem o Rotary.

A Assembléia Legislativa do Paraná, em nome deste Deputado congratula-se com o Santa Felicidade pelo excelente trabalho humanitário desenvolvido junto à comunidade, e pelo esforço dessa entidade para melhorar a qualidade de vida da nossa população, reduzindo as desigualdades, e ajudando a estabelecer a paz no mundo. A todos, nosso reconhecimento.

REQUERIMENTO Nº 801

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Colombo - Bairro Ahu/Juvevê, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo em todo o bairro, principalmente na referida rua.

A situação local é crítica, os roubos às residências e assaltos à mão armada ocorrem constantemente e a qualquer hora. A falta de segurança é total e os moradores encontram-se apavorados, motivo de tal reivindicação.

Sala das Sessões, em 12.04.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 802

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores da Rua Alberto Folloni - Bairro Juvevê, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo em todo o bairro, principalmente na referida rua.

Estão ocorrendo roubos de veículos constantemente e em todos horários. O trecho mais crítico situa-se no início da quadra onde estão localizados a Igreja Quadrangular, colégios e comércio, havendo grande movimento de veículos, o que facilita a ação dos ladrões.

Sala das Sessões, em 12.04.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 803

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Jardim Kosmos -

Bairro Pilarzinho, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo em todo o bairro.

A situação local é crítica, Dias atrás, à noite, na Rua Jornalista Geraldo Russe passou um veículo na cor branca, partindo deste vários "tiros", deixando os moradores apavorados. À noite e nos finais de semana os problemas se agravam, necessitando-se urgentemente de policiamento.

Sala das Sessões, em 12.04.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 804

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos moradores do Bairro Tatuquara, que pedem, em regime de urgência, policiamento ostensivo em todo o bairro, principalmente nas Moradias Monteiro Lobato.

A situação local é crítica, assaltos ocorrem constantemente, crianças andam "armadas" e os bandidos chegam dando tiros a qualquer hora e lugar. A falta de segurança é total e os moradores encontram-se apavorados, motivo de tal reivindicação.

Sala das Sessões, em 12.04.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 186/06

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar à Prefeitura Municipal de Santo Antonio de Caiuá o imóvel constituído pelo lote urbano nº 07 da quadra nº 03, com área de 600,00 metros quadrados nessa cidade pertencente ao Estado do Paraná, matrícula nº 4.306, (livro nº 02 fls. 146/148) da Comarca de Alto Paraná.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.04.06.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição tendo em vista os mais diversos motivos nela contidos, justifica-se plenamente, eis que o mencionado imóvel será utilizado pelo Município para futuras edificações que beneficiarão as áreas sociais, de saúde e educacionais, proporcionando aos munícipes, melhores condições de vida.

Salienta-se, outrossim, por essencial, que o município é carente, não tendo condições, portanto, de arcar com os custos de aquisição do referido imóvel.

Pelos motivos já expostos, é que se objetiva a doação do mencionado imóvel ao município de Santo Antônio do Caiuá, por ser medida de relevante valor social e, que contará, certamente, com a aprovação dos nobres Pares.

.PROJETO DE LEI Nº 187/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica alterado o inciso V do artigo 14 da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 14 -

V - de propriedade, ou cuja posse seja decorrente de contrato de arrendamento mercantil, de pessoas portadoras de deficiência física, visual, auditiva, mental severa ou profunda, ou autistas;”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 12.04.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei visa corrigir uma flagrante distorção ocorrida quando da concessão do benefício da isenção do IPVA, concedida aos portadores de necessidades especiais.

Tal lapso se deu por ocasião da edição da Lei nº 14.957, que ao alterar a lei de regência do imposto (Lei 14.260/03), ao relacionar os tipos de deficiência silenciou quanto aos deficientes auditivos, impondo-lhes um tratamento prejudicial e em desacordo com os preceitos constitucionais de igualdade.

PROJETO DE LEI Nº 188/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica declarado de Utilidade Pública o Centro de Comercialização da Agricultura Familiar de Marmeleiro, com sede e foro no município de Marmeleiro.

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 12.04.06.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei se justifica, por tal proposição, pelos relevantes trabalhos que vem desenvolvendo nos seus sete anos de existência, fundada em 04.08.1998, com sede e foro na cidade de Francisco Beltrão/PR.

Entidade sem fins lucrativos e de duração indeterminada e tem por objetivo a finalidade educativa, artística, cultural e informativa, respeitando os valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente.

Liderança Bloco PP/PSB; Bloco PTB/PL/PMR; PPS.)

(**Declinam**)

Liderança do PDT.

Com a palavra o Deputado Barbosa Neto.

Liderança do PDT: Deputado Barbosa Neto

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Tivemos uma audiência pública no dia de ontem, promovida pela Deputada Luciana Rafagnin, e tivemos também uma manifestação dos pequenos agricultores do Estado do Paraná, ligados à União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária - Unicafe, na qual tivemos a honra de participar e fizemos a defesa da posição do Senador Osmar Dias que é o autor da lei da unicidade no cooperativismo.

A posição do Senador Osmar Dias foi, na minha opinião, deturpada por aqueles que compreendem este movimento como se o Senador fosse contra a Unicafe, contra os pequenos, micro e médios produtores ligados ao cooperativismo, que é essencial para o nosso país, inclusive garantido pela nossa Constituição.

A defesa que nós fazemos do Senador Osmar Dias é de que o projeto, que começou em 99 a tramitar no Senado da República, era o único projeto que poderia àquele momento representar o sistema de cooperativismo através da unicidade. Defendemos a posição do Senador Osmar Dias, porque a Unicafe nem havia sido criada - foi uma criação de 2004/2005, mas o próprio Senador disse que vai votar de acordo com o parecer do relator neste projeto, beneficiando também os pequenos, micros e médios produtores rurais. E o próprio Partido dos Trabalhadores, através de alguns Deputados, saiu em defesa do Senador Osmar Dias - o Senador Tião Viana, por exemplo, do PT do Acre, manifestou a sua solidariedade ao Senador, dizendo que a passeata realizada ontem em Curitiba, por entidades ligadas a Unicafe, na verdade foi um equívoco segundo o próprio Senador Tião Viana.

De acordo com as informações que nós temos e que isto foi dito até mesmo no Senado da República no dia de ontem, o líder petista na Câmara Alta, foi além na defesa do Senador paranaense, dizendo em alto e bom som, que não é justo fazer uma manifestação depreciativa ao seu mandato numa hora destas. É hora de diálogo e de entendimento. O próprio Senador Sibá Machado, que também é do PT do Acre, saiu na defesa do Senador Osmar Dias, afirmando que a passeata era desnecessária e por isso não tinha nenhum cabimento.

Nós fazemos questão de trazer estas colocações à tribuna desta Assembléia na manhã de hoje, Sras. e Srs. Deputados, porque não existe, creio eu, no Estado do Paraná, alguém que tenha feito tanto pela agricultura paranaense como o Senador Osmar Dias. Como Secretário da Agricultura, em todos os momentos da sua vida pública, desde a Cafa do Paraná, desde os tempos que era professor universitário em Bandeirantes, Deputado Hermes Fonseca e depois, nesses dez anos como Senador, Osmar Dias sempre esteve ao lado dos agricultores, ao lado do homem do campo, não importando o tamanho da propriedade rural que têm esses agricultores, principalmente na defesa dos pequenos, na defesa dos micro proprietários de terra que se escudam no sistema cooperativista, com muita razão! E esse cooperativismo sempre foi defendido pelo Senador Osmar Dias.

Então, o Projeto nº 171 - inclusive sofreu um trocadilho por parte de um Deputado de Santa Catarina dizendo que 171 significa, no Código Penal, estelionato - foi na verdade uma infelicidade do Deputado que eu não me recordo o nome que estava presente aqui nesta Mesa.

Concedo aparte do Deputado André Vargas, Presidente do PT, no Estado do Paraná.

O Sr. André Vargas (PT)

Eu queria, sem o total conhecimento, a Deputada Luciana Rafagnin vai falar em nome do PT, da nossa Bancada, mas eu estive presente na Sessão, saí por alguns minutos mas estava ouvindo. O movimento social, Deputado Barbosa Neto, foi às ruas para rediscutir um projeto importante, do ponto de vista deles. A Casa abriu, democraticamente, esse espaço e naturalmente esse espaço seria mais democrático ainda se nós tivéssemos as duas posições, para fazer um debate, isso é muito comum aqui na Casa.

Então, considero que às vezes, o tom dos discursos são excessivos, alguém que não conhece a realidade local, não conhece a dinâmica local pode ter se exasperado mas o movimento social é algo que tem que ser trazido para cá, exatamente para que possamos ouvir as posições, independente da questão política; temos que despolitizar no limite, temos eleições este ano, despartidarizar a questão mas, acima de tudo, focar nesse projeto.

A manifestação foi importante, Deputado, na medida em que pauta as mudanças que o movimento social quer e portanto, levando em consideração que, de fato, excessos são desnecessários, imprudentes mas, ao mesmo tempo, a mobilização tem que ser valorizada porque ela traz à Casa uma posição diferente daquela que está à Mesa, no momento.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Agradeço o aparte do Deputado André Vargas e apenas V. Exa., como Presidente do PT do Estado do Paraná, talvez não esteja em consonância com o que diz o Líder do seu Partido na Câmara Alta, que p Senador Tião Viana. Repito aqui o que disse o Sibá Machado: é desne-

cessária essa manifestação e o Tião Viana tomou as dores do Senador Osmar Dias inclusive que a passeata tinha faixas com o nome do Senador e o Tião Viana disse que é uma injustiça que se comete com o Senador que na semana passada fez a defesa dos pequenos agricultores paranaenses ameaçados de perder suas propriedades devido a uma injustiça da política do Governo.

Concedo o aparte a um especialista nessa área que é o Deputado Augustinho Zucchi.

O Sr. Augustinho Zucchi (PDT)

Deputado Barbosa, Neto, agradeço o seu aparte e quero registrar, Deputado André, a correção com que a Deputada Luciana conduziu a audiência pública. Ela foi extremamente correta na sua condução.

Agora, é claro que nós que conhecemos o Senador Osmar Dias, como eu disse, há mais de vinte anos, comecei na minha vida profissional trabalhando com o Senador, sei o que ele fez pela agricultura do Paraná. Sei de quando, uma vez, o Ministro da Agricultura, em Brasília criou um debate nacional sobre a questão da agricultura naquele momento. Sei de todos os programas que o Senador fez quando Secretário, que eram programas voltados ao pequeno agricultor e sei também que este movimento não é só do Paraná, é um movimento de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul, da Unicafe, mas o Senador não poderia contemplar a Unicafe no seu projeto em 99, até porque, ela não existia na sua formação concreta, ainda.

Então, acho realmente que houve excessos, não aqui na condução da audiência pública. Houve excessos na formatação desse movimento, porque é um movimento que deveria discutir a questão do cooperativismo como um todo, mas não atacar o Senador. Atacou um aliado, atacou quem sempre viveu trabalhando pela agropecuária, na maior companhia de agropecuária deste país, que foi a CAFE do Paraná e depois, na Secretaria da Agricultura. Nós já não temos muitos aliados na questão da agricultura do Brasil. Não vale a pena. É um erro, um equívoco, uma sacanagem atacar alguém que, obviamente, seja ligado à questão da agropecuária. Estou falando com relação à formatação do movimento, que na minha opinião, acho legítimo para reivindicar aquilo que pensa a Unicafe, mas não para atacar o Senador, que sempre foi um aliado da agricultura.

Esta é a nossa opinião e que inclusive, defendemos aqui.

Obrigado pelo aparte, Deputado Barbosa.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Agradeço o aparte do Deputado Augustinho Zucchi e gostaria de agradecer também às colocações feitas pelo Deputado André Vargas e pelo Deputado Augustinho Zucchi e dizer, Sr. Presidente Heras Eurides Brandão, V. Exa. que também é da terra, é da agricultura e sabe que nós temos que defender os nossos pontos de vista. Em nenhum momento eu, que não sou proprietário rural, estive preocupado com a presença dos pequenos

agricultores e como disse o Deputado Augustinho Zucchi, estamos todos do mesmo lado, estamos no mesmo barco e tenho certeza que foi importante essa audiência pública, como é importante também a manifestação do Senador, dizendo que vai votar com o relator desse projeto, que vai ser de uma grande conquista para a agricultura paranaense, já que 85% dos agricultores paranaenses são pequenos, médios e também, cooperados.

Para finalizar, Sr. Deputado Presidente, não tenho preocupação com as vaias que recebi ontem aqui, porque temos que defender o ponto de vista em qualquer lugar. Hitler foi ovacionado pela platéia e nós tivemos Jesus Cristo, sendo vaiado. Foi uma grande injustiça naquela época.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao PFL.

Com a palavra, o Sr. Deputado Elio Rusch.

Liderança do PFL: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Uso o horário do PFL para tecer alguns comentários em relação ao Porto de Paranaguá. Não sou especialista da área portuária, mas conhecemos um pouco da legislação que regulamenta o plantio da semente em nosso Estado e também da legislação que regulamenta o comércio interno e na importação e exportação do nosso país.

Sr. Presidente, quando a Assembléia Legislativa discutia a Lei do PT aqui na Assembléia, que proibia o plantio, o transporte e a comercialização da soja geneticamente modificada, levantávamos, naquela ocasião, a dúvida em razão da legalidade desta lei, ou não. O que regulamenta o plantio e a comercialização e exportação dos produtos produzidos no nosso país, não é a legislação estadual, mas sim, a legislação federal. Pois bem, o Governo do Estado usou o seu rolo compressor aqui na Assembléia, empurrou goela abaixo no Estado do Paraná esse projeto de lei, que transformou-se posteriormente em lei. Nós, inconformados e solidários com o setor produtivo do nosso Estado, o Partido da Frente Liberal, o PFL, entrou com uma ADIN no Supremo argüindo a inconstitucionalidade da Lei Estadual. O que efetivamente nós conseguimos, o Supremo julgou a lei inconstitucional. Diante dessa decisão do Supremo não existe legislação nenhuma no Estado do Paraná que regula o plantio, a comercialização, ou mesmo a exportação da soja transgênica no Estado do Paraná.

Pois bem, conhecemos o Governador Roberto Requião, é o senhor de si. Não é o dono de si. Mas, é o senhor de si e acima da lei existe o Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná e continua proibindo o plantio da soja transgênica no nosso Estado. Continuou

proibindo o transporte e continua proibindo a exportação da soja, no Estado do Paraná.

Vivemos num estado de direito, onde qualquer cidadão e qualquer entidade que se julgar prejudicado diante da lei, ou se sentir prejudicado diante de algumas ações e atitudes dos governos, de qualquer cidadão, procure a lei.

Pois bem, as pessoas se sentiram prejudicadas e procuraram a lei. O que a Justiça fez? A Justiça Federal concedeu uma liminar permitindo a exportação da soja transgênica à Justiça Federal do Estado do Paraná. O Governo, inconformado, recorreu ao Supremo. Na segunda-feira, Srs. Deputados, o Supremo Tribunal Federal não acatou as alegações do Estado do Paraná e confirmou a liminar na Justiça Federal e determinou ao Porto de Paranaguá a exportação da soja geneticamente modificada, ou seja, soja transgênica. Mesmo assim o Governo do Estado reluta em não querer embarcar a soja transgênica, através do administrador do Porto de Paranaguá, que por coincidência é seu irmão, Eduardo Requião, que proíbe. O que é que a justiça determinou: caso não se cumpra a decisão aplica-se uma multa de cinco mil reais diária. Esse prazo venceu ontem.

Os caminhões estão estacionados no Porto de Paranaguá. Não sei se o Eduardo Requião já determinou o descarregamento e já liberou o embarque da soja transgênica para a exportação via Porto de Paranaguá. Caso não tenha liberado ainda, a multa será aplicada diariamente.

Para que eu não venha cometer nenhuma injustiça, faço questão de ler apenas alguns trechos da Ministra do Supremo Tribunal Federal, que é a Ministra Ellen Gracie, que é exatamente a Presidente do Supremo. Ela diz no início do seu relatório:

(Lê):

Suspensão de Segurança 2.912-6 Paraná

Relator: Ministro Presidente

Requerente(s): Estado do Paraná

Advogado(a/s): PGE-PR - César Augusto Binder

*Requerido(a/s): Tribunal Regional Federal da 4ª Região
(Agravo de Instrumento nº 20060400011009-9 no
Mandato de Segurança nº 20067008000350-7)*

Impetrante(s): Associação Brasileira de Terminais Portuário - ABPT

Advogado(a/s): Cleverson Marinho Teixeira

1. O Estado do Paraná, por sua Procuradoria-Geral, ajuizou, com base no artigo 4º, parágrafo 5º, da Lei nº 8.437/92, pedido de suspensão dos efeitos de medida liminar concedida, em 28.03.06, pelo Juízo da Vara Federal de Paranaguá-PR no autos do Mandato de Segurança 2006.70.08.000350-7 (fls. 397/408), impetrado pela Associação Brasileira dos Terminais Portuários - ABTP em face do Superintendente da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, e mantida, em 03.04.06, pela 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 4ª Região no julgamento de

Questão de Ordem no Agravo do Instrumento nº 20060400011009-9 (fls.806/809).

Afirma que o mandado de segurança preventivo impetrado pela Associação Brasileira dos terminais Portuários (fls. 26-116) teve por finalidade evitar que seus associados não sofressem restrição de direito consubstanciada “na vedação de utilização de suas instalações no Porto de Paranaguá para o armazenamento e embarque de soja geneticamente modificada” (fls; 116). Na impetração, foi evocado, para tanto dentre outros, fundamentos de direito, o princípio da legalidade (CF, artigo 5º, II e 37), evidenciado, segundo se sustenta, tanto na legislação de biossegurança (Lei nº 11.105/05), que, no seu artigo 35 autoriza a produção e a comercialização de sementes de cultivares de soja geneticamente modificada, como, também, na declaração de inconstitucionalidade, levada a efeito por este Supremo Tribunal na ADI 3.035, rel. Ministro Gilmar Mendes, DJ 14.10.05, da Lei nº 14.162/03, do Estado do Paraná.

Sr. Presidente, o relatório é extenso, fiz questão de destacar mais uma análise da Ministra Ellen Gracie do Supremo Tribunal Federal que nos seu relatório diz o seguinte: *na análise efetuada no âmbito restrito do procedimento não me convenci de que o Porto de Paranaguá, o segundo Terminal Marítimo mais importante do país e principal meio de exportação de grãos do Brasil, não tenha capacidade técnica, administrativa para executar um plano operacional que proporcione um rigoroso e viável escoamento de mercadorias destinadas que não devam ter contato entre si*. E segue a Ministra e ela faz questão de citar o próprio Governo do Estado do Paraná, no relatório AG-001/2005 de fevereiro de 2005, quando ele disse: *“consta que a APA posiciona-se francamente disposta a não cumprir a Lei Federal nº 10.711 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas e dá outras providências.”*

Srs. Deputados, o Governo do Estado do Paraná está acima da lei, ele não respeita a legislação que nós temos que respeitar, porque na verdade nós vivemos num estado de direito.

E diz a Ministra no final: *“por fim, diante de toda análise ora desenvolvida concluí que a Liminar Preventiva concedida pelo Juiz da Vara Federal de Paranaguá-PR, confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, ao contrário do que é afirmado pelo requerendo o Estado -, evita grave lesão à ordem jurídica, à economia pública, sendo certo que os empecilhos apresentados à possibilidade da exportação da soja geneticamente modificada no Porto de Paranaguá, além de contrariar os dispositivos legais já citados, poderá afetar até mesmo a balança comercial brasileira.”*

Ante o exposto, ausente os requisitos legais, indefiro o pedido de suspensão ficando prejudicado o exame do pedido da medida liminar.

Comunique-se, publique-se 10/04/06 - Ministra Ellen Gracie - do Supremo de Brasília.”

Deputado Marcos Isfer, V. Exa. que conhece profundamente a questão do Porto de Paranaguá, não é possível que o Sr. Roberto Requião - Governador do Estado continue com o seu irmão Eduardo Requião - Superintendente dos Portos de Paranaguá e Antonina a não querer respeitar a lei. Aquilo que nós afirmávamos aqui na Assembléia foi confirmado agora pelo Supremo Tribunal Federal. Diante dessa, não existem mais, recursos, nenhum a não ser o Sr. Governador Requião se curvar e pedir desculpas ao setor produtivo do Estado do Paraná e às empresas exportadoras do nosso Estado.

Com toda certeza, na semana que vem voltaremos sobre assunto aqui nesta tribuna para discorrer muito mais dos prejuízos que o Governo do Estado está causando ao nosso Estado, diante da teimosia do Governador em não querer cumprir a Legislação.

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Liderança do PT. Concedo a palavra à Deputada Luciana Rafagnin.

Liderança do PT: Deputada Luciana Rafagnin

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Uso da tribuna com a licença do nosso Líder da Bancada, Ângelo Vanhoni, e gostaria e tecer alguns comentários sobre a audiência pública de ontem, a qual tivemos a presença, a participação de vários Deputados, que já agradei na tarde de ontem e quero novamente fazer o agradecimento. Foi muito importante a presença dos Deputados, foi importante a presença do nosso Presidente Hermas Brandão, que abriu esse espaço, neste plenário para que as pessoas pudessem acompanhar a audiência pública. E foi uma iniciativa da Unicafe, que é União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária.

Fui procurada como Presidente da Comissão da Agricultura desta Casa, em torno de uns quinze dias atrás pela direção da Unicafe que colocava a importância que tem o Projeto 171, o quanto ele mexe na questão do cooperativismo brasileiro. É uma lei do cooperativismo. A Unicafe não é contra uma lei do cooperativismo, mas não pode concordar com uma lei que vai engessá-lo, ou que tire a liberdade, autonomia. E entendo perfeitamente, porque falei na tarde de segunda-feira com o Senador Osmar Dias, e ele já nos passava que o seu projeto foi criado em 1999, quando então a Unicafe nem existia. É claro que nós entendemos isso, e eu explicava isso para o Senador, conversei com a direção da Unicafe em seguida, e eles falaram que entendiam também que a lei tinha sido apresentada em 1999, mas que por várias vezes haviam procurado o Senador para discuti-la e que não conseguiram avançar, não tinham conseguido entrar num entendimento sobre emendas que a Unicafe apresentava

no sentido de melhorar o Projeto 171 e de contemplar também as suas reivindicações. Foi então que eles pediram que continuássemos com a nossa audiência pública, já marcada para o dia de ontem.

No final da noite de segunda-feira fomos procurados por vários Senadores, inclusive pelo Senador Sibá, do Acre, e o próprio Senador Osmar Dias que voltamos a conversar sobre o projeto. O Senador teve um momento, e nós percebemos no dia de ontem, que ele falou por muitas vezes que achava que isto tinha um cunho político partidário devido este ano ser um ano de eleições. E eu tenho a certeza, pelo menos desta Deputada, vocês podem ter certeza, que em nenhum momento nós tivemos essa intenção.

Falei ontem com os companheiros e companheiras, com o pessoal que participava aqui da audiência pública, que tinha, sim - o nosso movimento, a audiência pública - tinha o objetivo, sim, político, mas político organizativo, e era no sentido de trabalhar melhor a lei do cooperativismo. E foi com essa intenção que fizemos a audiência pública, foi com essa intenção também que dialogamos bastante com o Deputado desta Casa, Augustinho Zucchi, o qual participou da audiência pública, juntamente com o Deputado Barbosa Neto, e entramos num entendimento que nós não estaríamos, em momento algum, levando isso ao Senador Osmar Dias. Mas, há uma lei que estava apresentada e a Unicafes discordava da forma como está apresentada. Um pouco antes de começarmos a nossa audiência pública, alguns segundos antes, recebemos um telefonema do Senador Suplicy, que colocava que estava junto com o Senador Osmar Dias, e também dizia que havia um compromisso do Senador de votar favorável a algumas emendas, uma delas eu considero a principal, que era a principal reivindicação do movimento aqui, a questão de retirar a unicidade que está no projeto, e daí, sim, a pluralidade.

Então, da questão da organização: ficariam as cooperativas, ou ficarão as cooperativas com essa liberdade de organização e de poder participar dentro de uma entidade que melhor a represente, e não obrigada a participar apenas de uma entidade, e essa entidade contemple tanto as pequenas como as grandes cooperativas. Então, teriam essa liberdade que é uma das reivindicações da Unicafes.

Acho que a audiência transcorreu tranquilamente, tanto que estamos solicitando todas as notas taquigráficas, porque em nenhum momento houve agressão, e conversamos com todas as pessoas que usaram da palavra, as entidades que usaram da palavra aqui, para que não usassem palavras agressivas, ou se dirigisse diretamente ao Senador Osmar Dias; mas, sim, à proposta que a Unicafes tinha.

Então, estamos solicitando da Casa que seja transcrita a Sessão de ontem, sabemos que toda ela foi gravada, e vamos estar encaminhando as notas taquigráficas tanto para o Senador Suplicy, quanto para o Senador Osmar Dias, para que saibam que aqui não houve, em nenhum momento, uma agressão diretamente ao Senador.

Agora, o direito de se manifestar contra uma lei que está sendo apresentada ou de pedir mudanças nessa lei, isso faz parte da democracia. Na semana passada participei de uma mobilização que aconteceu no Sudoeste, aliás ocorreram duas, uma delas não pude participar. Foi no sentido de buscar algumas medidas melhores à agricultura. E essas reivindicações iam diretamente ao Governo Federal. Defendo o Governo Federal, até porque o Presidente Lula é filiado ao meu Partido, assim como defendo nesta tribuna todas as ações importantes que o Governo vem tomando com relação à nossa agricultura, mas também sabemos que algumas coisas precisam ser mudadas. Entendi o ato de ontem como um ato democrático e, em nenhum momento houve agressão ao Senador. Foi uma ação bem democrática e que faz parte deste Poder Legislativo e também das nossas organizações.

Tivemos aqui a presença do Presidente da Unicafes, o Sr. José Paulo e ele mesmo solicitou que fossem encaminhadas as notas taquigráficas para o Senador Osmar Dias e para a Comissão de Agricultura do Senado.

A ação de ontem teve um resultado muito positivo, porque já foi marcada uma audiência pública com o próprio Senador e a Unicafes, na qual vão discutir as 27 emendas apresentadas pela Unicafes que gostariam de ver incorporadas no projeto do Senador. Em nenhum momento está sendo dito que não pode ser votado aquele projeto, mas, sim, aperfeiçoá-lo para que venha contemplar as reivindicações das nossas cooperativas que trabalham hoje com a nossa agricultura familiar, com a economia solidária. Nossas organizações têm todo direito de apresentar propostas de mudanças para que venham atender às necessidades das nossas organizações. E as cooperativas são frutos de uma luta popular que se une de uma forma democrática e busca, de forma coletiva, melhorar a geração de renda dos agricultores. Entendo que a união das cooperativas é muito importante, porque é uma forma de trabalhar o bem coletivo, de uma forma especial a agricultura familiar e a economia solidária.

Muito obrigada!

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Consulto as lideranças do PSDB, PMDB, e a do Governo.

(**Declinam**)

No Horário da Liderança da Oposição, com a palavra o Deputado Plauto Miró.

Liderança da Oposição: Deputado Plauto Miró Guimarães (PFL)

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Desde ontem o Porto de Paranaguá está levando uma multa diária de cinco mil reais pelo não cumprimento da decisão judicial que autoriza o embarque de transgênico. E agora referendada pela instância máxima da justiça no país, o Supremo Tribunal Federal.

Vejam a que ponto chegamos, precisou a Corte Suprema do País ordenar o que o Porto, há três anos e meio, já deveria ter feito. As coisas têm que ser “na marra” aqui no Paraná, porque o Governador gosta mesmo é de briga com a Justiça. Agora, vão ter que fazer correndo uma estrutura de segregamento de grãos em Paranaguá porque vão levar multa diária, Deputado Elio Rusch, e não cabe mais a eles recorrerem, coisa que o Procurador Sérgio Botto de Lacerda tanto gosta de fazer. Quando eles perdem, o Sérgio Botto sempre diz: “estamos recorrendo”.

A atitude espelha a tônica deste Governo: prefere se engalfinhar em brigas judiciais intermináveis, ao invés de agir para corrigir os problemas. O Governador Requião só cede mesmo quando a situação apertada, como foi o caso da Copel e da UEG de Araucária. O argumento da Justiça é simples: não há razão para a APPA proibir o embarque de transgênicos com a desculpa de que não tem estrutura para fazer segregamento de grãos.

Enquanto o Governo do Paraná joga a responsabilidade à iniciativa privada, o Porto de São Francisco do Sul, em Santa Catarina, que é infinitamente menor que o porto de Paranaguá, já montou uma estrutura para esse fim, argumentam os juízes, argumenta a Justiça. Ou seja, ao invés de ficar brigando na Justiça, os catarinenses trataram de agir e garantir o escoamento da produção. Por sinal, é preciso louvar a capacidade e o senso de oportunidade dos gestores do Porto de São Francisco do Sul. O embarque de grãos cresceu algo em torno de 300% no ano passado. Vou repetir, Sr. Presidente, Srs. Deputados: cresceu 300% só no ano passado, por conta das cargas que deixaram o Porto de Paranaguá e foram para Santa Catarina.

Esses dias, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o superintendente da APPA ainda quis vangloriar-se dos seus feitos no Porto. Parece que o Superintendente se ateve só às boas coisas. Cadê estrutura para segregar os grãos transgênicos? E o atendimento do contrato dos cais oeste? Sem contar a dragagem que nunca saiu e, constantemente é transferida, e a perda de volume de cargas. São coisa que merecem alguma comemoração pelo paranaenses?

Se for para falar em gestão, como esquecer do incêndio no silão? Da explosão do navio Vicuña? Por conta deste último, o Estado pode sofrer uma ação de sessenta e dois milhões de dólares, já que tanto o porto quanto a Cattalini mostraram que não tinham um plano de emergência para dirimir os efeitos do acidente. Independentemente de convicção ou política, o Governo precisa respeitar a lei. Ele é o espelho da sociedade e não pode cobrar do cidadão um comportamento que ele não tem. O que a Federação da Agricultura (FAEP) e a Associação Brasileira de Terminais Portuários cobram é que a APPA siga a lei que permite o embarque de produtos transgênicos. É brincadeira, Deputado Elio Rusch, nós aguardamos, vemos três anos e meio passar, o Porto de Paranaguá perdendo para os outros portos do Brasil a exportação, o embarque de grãos, e o prejuízo para quem vai? Para o bolso dos paranaenses! O prejuízo, quem

paga? O cidadão paranaense, que não só vai perder pelo não embarque da soja transgênica, como vai perder também pela multa de cinco mil reais que o Estado vai ter que pagar. Será que o Eduardo Requião, o irmão preferido do Roberto Requião, sabe disso? Com certeza sabe, mas faz que não sabe.

O Sr. Elio Rusch (PFL)

Permite um aparte, Deputado?

(Assentimento)

Deputado Plauto, enquanto V. exa. estava no comitê de imprensa, eu também usava a tribuna e fazia as considerações em relação ao Porto de Paranaguá.

Ora, todos nós sabemos as atitudes que movem o nosso Governador do Estado do Paraná.

Em 2003, logo depois de Roberto Requião assumiu o Governo do Estado, ele tomou algumas medidas, rompimento de contratos unilaterais e assim sucessivamente. Nós já nos manifestamos inúmeras vezes e vem, o ilustre Deputado Plauto Miró à tribuna hoje, e faz exatamente as considerações em relação à decisão da Justiça.

O passivo que esse Governo vai deixar no Estado do Paraná vai ser algo assustador. E nós, que às vezes vamos para Santa Catarina, Deputado Plauto, ali na cidade de Itajaí e acho que a grande maioria dos Deputados deve ter passado pela BR-101, há três anos atrás não se via movimentação nenhuma de contêineres. E hoje, não existe mais estacionamento, não tem local para estocar os contêineres do Porto de Itajaí. E a mesma coisa acontece com o Porto de São Francisco; já fomos informados também que existe, por parte do Governo do Estado, através do Porto de São Francisco, a desapropriação e ampliação desse porto.

É por isso que alguém disse, Deputado Plauto, que o Roberto Requião, cidadão paranaense, vai receber o título de Cidadão Honorário de Santa Catarina porque é o melhor Secretário de Indústria e Comércio e de Exportação daquele Estado. Porque ele espanta os investimentos e espanta as empresas do nosso Estado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Obrigado Deputado Elio Rusch pelo seu aparte e para finalizar, temos este ano uma eleição, Se analisarmos, o Governador Requião vai querer ser terceira vez Governador do Estado do Paraná. Nunca na história, Deputado Valdir Rossoni, um Governador governou o nosso Estado por três vezes. Esta é a hora de darmos basta! Já vimos como funciona, sabemos como administrar. É uma eterna briga. E a briga muitas vezes para encobrir problemas que eles têm. Eles pegam uma briga por aqui para tentar fazer uma cortina de fumaça em cima de uma outra coisa que se pretende esconder.

E o eleitor paranaense vai poder julgar a estes nas urnas. Terceira vez Governador? Será que merece?

O Sr. Valdir Rossoni (PSDB) (Aparte)

Deputado Plauto agradeço pelo aparte de V. Exa.

O que precisa, na verdade, é ter vontade de ganhar a eleição. O que está faltando - e acredito que tínhamos que ter pensado antes, - é líder para assumir esta posição e vir se apresentar como candidato de Oposição. Porque estamos aqui nesta Casa em aproximadamente oito, dez, doze Deputados, agora está aumentando um pouquinho porque é final de governo, lutando como leão e morrendo como coelho. Porque ele está eliminando todos os seus adversários.

Agora, não consigo mais interpretar um momento político do cenário político do Paraná, não sei se é por falta de vontade de fazer a mudança, não sei se é por medo, mas algo de extraordinário está acontecendo. Ou este homem é um "Superman" ou é um "beatificado", porque estou vendo que vai ser candidatura única no Paraná. Talvez estarei pedindo licença para votar em alguém. Acho que vou ter que pedir para votar no Flávio Arns.

Agradeço a V. Exa. e quero dizer que somos uns bravos lutadores e certamente a população saberá reconhecer esta luta que travamos na fiscalização do Estado, nas lutas mais difíceis aqui nesta Casa. Agradeço e cumprimento V. Exa. por ainda ter a garra e a determinação de fazer Oposição. Muito obrigado.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Obrigado pelo aparte e quero dizer, Deputado Valdir Rossoni, a luta continua. Temos aí um Governador que quer ganhar por W.O. Ele está tentando eliminar todos os seus concorrentes e parece-me que está conseguindo. Mas, posso dizer, com certeza, que teremos uma esperança que o próprio PFL, que não se curva às vontades do Sr. Governador do Estado do Paraná, terá um candidato caso não surja uma Oposição ao atual Governador do Estado do Paraná. Porque, Deputados Rusch, Durval e Nelson, a luta continua. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ANDRÉ VARGAS (PT) **(Pela Ordem)**

Apenas para corrigir o ditado do Deputado Rossoni, "o animal era outro - era lutando como leão, para não morrer como um outro animal". Dizer que o PT não está nessa, não quer morrer dessa forma.

O SR. ELIO RUSCH (PFL)

E nem o PFL.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) **(Pela Ordem)**

Dizer que o PDT terá candidato próprio, que se chama Senador Osmar Dias. Aqueles que estão ansiosos, aguardem que mesmo com o Governador querendo limpar a área, o mais temido por ele é o Senador Osmar Dias e ele, no momento oportuno das convenções, será aclamado como candidato do Partido ao governo.

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI (PSB) **(Pela Ordem)**

Venho em nome do Partido Socialista Brasileiro, o PSB, dizer que por WO, o Governador Roberto Requião não será eleito. Vamos ter um candidato colocado à disposição do povo paranaense e tenho absoluta certeza de que para ganhar do Governador Roberto Requião, nosso

tradicional e simpático Presidente Severino de Araújo será o candidato e vai ganhar, em função da rejeição que o Governador Roberto Requião tem no Paraná - tem mais de 40% de rejeição. O nosso candidato Severino Araújo tem apenas 3% de rejeição. Portanto, vamos ganhar as eleições e o Governador Roberto Requião vai para casa.

Ordem do Dia:

O SR. PRESIDENTE **(Pedro Ivo Ilkiv)**

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de 38 Srs. Deputados.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Deputado Reni Pereira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da Deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

3ª Discussão

ITEM 01

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, declarando de Utilidade Pública o Curitiba Rugby Clube, com sede e foro na cidade de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 126/06, de autoria do Deputado Cesar Seleme, declarando de Utilidade Pública a Associação da Melhor Idade Sol de Pontal - Amisolpon, com sede no Balneário Grajaú, município de Pontal do Paraná e foro no município de Matinhos. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

ITEM 03

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 127/06, de autoria do Deputado André Vargas, declarando de Utilidade Pública a Confederação Brasileira de Ciclismo, com sede e foro na cidade de Londrina. PARECER FAVORÁVEL

DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO.

Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.

ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 132/06, de autoria do Deputado Duílio Genari, declarando de Utilidade Pública a Amutur - Associação dos Municípios Turísticos do Paraná, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Emenda - Aprovada. Projeto - Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 258/05, de autoria do Deputado Carlos Simões, dispondo sobre a Política Estadual para Promoção e Integração Social da Pessoa Portadora de Necessidades Especiais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CSP E CDHCD. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 714/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, criando o Programa de Combate à Violência contra a Mulher. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CDDMCA. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 022/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, autorizando o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica ao município de Três Barras do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 048/06, de autoria do Deputado Elio Rusch, concedendo o título de Cidadão Honorário do Paraná ao Sr. Seno Cláudio Lunkes. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 034/06, de autoria do Deputado André Vargas, declarando de Utilidade Pública a Casa de Caridade São Vicente de Paula - Albergue Noturno, com sede e foro na cidade de Joaquim Távora. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/06, de 20/02/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 034/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado André Vargas, tem como escopo declarar de Utilidade Pública Estadual a Casa de Caridade São Vicente de Paula - Albergue Noturno, com sede e foro no município de Joaquim Távora/PR.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação, porém ao analisarmos a LC 98/95 que dispõe sobre a redação e elaboração de leis, verificamos que o referido projeto está em desconformidade com o artigo 9º que prevê:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável, na forma da emenda modificativa em anexo.

Sala das Comissões, em 11.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 034/06

Atendendo o disposto no artigo 137 do Regimento Interno desta Casa, corrigimos o Projeto de Lei nº 034/06, passando o seu texto a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.”

Sala das Comissões, em 11.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

Apoiamento:

Hermes Fonseca.

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 081/06, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declarando de Utilidade Pública a Associação Filantrópica Dom Getúlio, com sede e foro no município de São Jerônimo da Serra. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 011/06, de 08/03/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 081/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, declara de Utilidade Pública a

Associação Filantrópica Dom Getúlio, com sede e foro no município de São Jerônimo da Serra, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 112/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, declarando de Utilidade Pública a Fundação Honorina Valente, com sede e foro no município de Curitiba. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 016/06, de 20/03/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 112/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria da Deputada Cida Borghetti, declara de Utilidade Pública a Fundação Honorina Valente, com sede e foro em Curitiba.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 142/06, de autoria do Deputado Nereu Moura, declarando de Utilidade Pública a Apodem - Associação de Proteção e Desenvolvimento de Moradores, com sede e foro no município de Piraquara. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 020/06, de 28/03/06)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 142/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Nereu Moura, declara de Utilidade Pública a Apodem - Associação de Proteção e Desenvolvimento de Morado-

res, com sede e foro no município de Piraquara, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Conclusão

Assim, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.04.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 079/06, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná - Of. nº 245/06, transformando cargos na estrutura do quadro de pessoal do tribunal de Contas do Estado do Paraná, conforme especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 009/06, de 07/03/06, em Ofícios, pág. 09)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 079/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, visa alterar o quadro de cargos na estrutura de pessoal do Tribunal de Contas.

Legitimidade

Ao Tribunal de Contas como órgão auxiliar do Poder Legislativo, é garantida a autonomia funcional, administrativa e financeira, de forma reservada ou concorrente, a iniciativa legislativa dos projetos de seu interesse específico.

Assim, a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (8443/92), assegura em seu artigo 1º, XV:

Art. 1º Ao Tribunal de Contas da União, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal e na forma estabelecida nesta lei:

XV - propor ao Congresso Nacional a criação, transformação e extinção de cargos, empregos e funções de quadro de pessoal de sua secretaria, bem como a fixação da respectiva remuneração;

Neste mesmo sentido, a Lei Complementar 113/05, Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Paraná previsional:

Art. 2º Ao Tribunal de Contas é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, competindo-lhe, especialmente:

V - propor à Assembléia Legislativa a criação, a transformação ou a extinção de cargos e funções de seu Quadro de Pessoal e a fixação dos respectivos vencimentos;

Conclusão

Assim, somos de parecer pela aprovação do pro-

jeto de lei ora analisado.

Sala das Comissões, em 28.03.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

PROJETO DE LEI Nº 079/06

P A R E C E R :

Em parecer provisório apresentado à Comissão de Finanças, foi solicitada a realização de diligências para que fossem adotadas as seguintes providências pela Diretoria de Processo Legislativo e pelo autor da proposição:

- o Departamento de Processo Legislativo junte aos autos cópia de todas as leis mencionadas no artigo 180 da Lei Complementar 113/05;

- seja oficiado ao Presidente do Tribunal de Contas do Paraná para que encaminhe a esta Comissão as seguintes informações:

a) total da remuneração de cada um dos cargos que estão sendo extintos por esta proposição;

b) total da remuneração de cada um dos cargos que estão sendo criados por esta proposição;

c) cargos que já foram extintos com base no artigo 180 da Lei Complementar nº 113/05;

d) cargos que ainda deverão ser extintos em razão do artigo 180 da Lei Complementar 113/05;

e) se é possível realizar todas as transformações, extinções e criação de cargos no Tribunal de Contas do Paraná nesta mesma proposição.

A Comissão de Finanças, no exercício de seu poder-dever, solicitou ao Tribunal de Contas do Paraná e este prestou as informações, em especial o quadro demonstrativo onde esclarece que os cargos criados representam uma despesa anual de R\$ 555.410,13 e a extinção de três cargos representa redução de despesas de pessoal num total de R\$ 178.224,52. Conforme declarando pelo ordenador de despesas do TCE-PR, a diferença entre as despesas criadas pelos novos cargos e a redução resultantes da extinção de outros será custeada pelos recursos provenientes dos cargos extintos quando da aprovação da nova lei Orgânica do Tribunal de Contas do Paraná.

Tendo a Comissão de Finanças preservado a sua autonomia ao exigir a complementação das informações e o Tribunal de Contas as prestado, cumprindo o seu dever previsto na Lei Complementar 101/00, pode a proposição seguir seu trâmite regimental e ir a plenário.

O parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 11.04.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela Ordem, Sr. Presidente.

Quero me inscrever em Explicações Pessoais.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 784, de autoria do Sr. Deputado Elio Rusch, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 790 a 792, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente de sessão anterior. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 793, de autoria do Sr. Deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 795, de autoria do Sr. Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Retirado pelo Autor.**

Requerimento nº 796, de autoria do Sr. Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 799, de autoria do Sr. Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente de. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 801 a 808, de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Martins, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Quero, antes de passar às Explicações Pessoais, comunicar aos Srs. Parlamentares que, na segunda-feira teremos, no Grande Expediente, a participação do Presidente da FIEP, o Dr. Rodrigo Rocha Loures, e na terça-feira o Presidente da Força Sindical, para ouvirmos as posições oficiais dessas entidades em relação à Mensagem do Sr. Governador sobre o salário-mínimo.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (**Pela Ordem**)

Na terça-feira votaremos o projeto da questão do nepotismo?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está agendado para a próxima terça-feira, a votação do referido projeto, em 2ª Discussão.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)

Agradeço pela informação, Sr. Presidente.

Explicações Pessoais:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em Explicações Pessoais, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jocelito Canto, inscrito.

Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Só quero fazer o registro aqui, que está no jornal Gazeta do Povo desta quarta-feira, dia 12 de abril, que me chamou atenção e não poderia deixar passar em branco e não fazer esse registro. Estamos vendo aqui no jornal de

hoje que negociação pode reabrir a Santa Casa de Foz do Iguaçu, que está fechada. Perguntava ao Deputado Vanhoni agora e ele me dizia exatamente que em Parana-guá, há questão de um ano e meio, também fechou a Santa Casa. Lembrava-me aqui também que está fechada a Santa Casa de Imbituva, ali na região das Campos Gerais. E se andarmos pelo Paraná, acho que encontraremos mais algumas Santas Casas também fechadas.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, lá em Ponta Grossa a Santa Casa está trabalhando normalmente, faz um grande atendimento, atende à população e é um dos hospitais-referências, hoje, nos Campos Gerais. A Santa Casa em Ponta Grossa não fechou. É claro que sempre que foi preciso, ela teve o apoio do poder público e no momento mais difícil, quando explodiu o setor de esterilização da Santa Casa, lá estivemos, comparecemos como Prefeito e fizemos a nossa parte.

Quem sabe se não tivéssemos, naquela época agido com rapidez, com responsabilidade e com respeito ao povo, a Santa Casa de Ponta Grossa, poderia estar fechada também e faria parte do rol dessas Santas Casas que estão fechadas no Paraná. Nós podemos até responder um processo de cassação, ou de qualquer coisa parecida, mas a nossa Santa Casa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, está funcionando em Ponta Grossa, com ou sem cassação!

Muito obrigado!

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Pedro Ivo Ilkiv**)

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 17, à hora regimental com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 059, 113, 126, 127 e 132/06.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 258 e 714/05.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 034, 079, 081, 112 e 142/06.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 494/04; 092 e 439/05; 006 e 009/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Comissão Executiva

Atos

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 175/06

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob n 1487, de 07 de março de 2006, deste Poder,

R E S O L V E :

Conceder a NILZA BORDINI CRISÓSTOMO, portadora do RG. nº 3.616.740-8-PR, e do CPF nº 005.431.689-80, viúva do ex-Deputado Estadual Quielse Crisóstomo de Silva, falecido em 08 de fevereiro de 2006, pensão mensal estabelecida pela Lei de nº 4.763, de 05 de novembro de 1963, no valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei de nº 13.426, de 07 de janeiro de 2002, a partir da data do pedido.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO, em 08.03.06.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente

NEREU MOURA - 1º Secretário

GERALDO CARTÁRIO - 2º Secretário

Atas de Comissão

Tomada de Contas

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias de abril de dois mil e seis, às dez horas trinta minutos, na sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Tomadas de Contas da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, para sua segunda Reunião Ordinária, com a presença dos Srs. Deputados membros da Comissão, abaixo assinados, para deliberar sobre a seguinte pauta: Proposição nº 028/06. Havendo número legal e, de acordo com o Regimento Interno, o Sr. Presidente da Comissão, Deputado Duílio Genari, abriu a reunião passando a palavra ao Sr. Deputado Antonio Anibelli, Relator da Proposição nº 028/06, relativa à prestação de contas da verba de ressarcimento dos Srs. Deputados, conforme Resolução nº 003/04, em seu artigo 14, referente ao mês de março de 2006. Analisada a matéria proposta, resolveu o Sr. Relator que as contas encontram-se exatas, uma vez que atendem à legislação em vigor, decidindo pelo parecer favorável, no que foi acompanhando por todos. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos e, para constar e exercer os efeitos legais, eu, Maria Regina Subtil, secretariei a reunião e lavrei a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Sr. Presidente da Comissão, Srs. Deputados presentes, e, por mim, Secretária da Comissão de Tomadas de Contas.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

Maria Regina Subtil - Secretária